

FS.
A



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de Dezembro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGADOURO

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.^{mos} Membros da Assembleia Municipal do Município de Mogadouro

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro

Ex.^{mos} Senhores Vereadores do Município de Mogadouro

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea e), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e subsidiariamente pelos deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e ainda dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante do Dec-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas que aqui damos como integralmente reproduzida.

Trabalhos Efectuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.

- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do activo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo e a Demonstração de Resultados por Funções, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
- Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efectuadas.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Análise do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
- Tratamentos de todos os dados do Imobilizado extraídos da aplicação POCAL e Património, para efectuar a respetiva consonância de registos entre as duas aplicações.

2.1 Analisamos e realizamos testes aos saldos bancários apresentados pelo Município;

2.2 Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;

2.3 Teste as operações de inventariação física das existências;

- 2.4 Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efectuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais;
- 2.5 Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.6 Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7 Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8 Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;
- 2.9 Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.
- 2.10 Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, à assunção da despesa.

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

3. Em consequência do trabalho efectuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas, datada de 10 de Abril de 2015, entendemos dever relatar o seguinte:

3.1 Sistema de controlo interno

Das verificações a que procedemos relativas ao levantamento do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) Nos ativos produzidos, construídos ou valorizados por Administração Direta (executados com meios do Município) somente são afectos à sua valorização os consumos de materiais não lhe sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e outros gastos gerais que são suportados. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses ativos e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício. Enquanto não for implementada a contabilidade analítica torna-se difícil calcular com fiabilidade os custos suportados com a realização da obra e o seu reconhecimento como "Trabalhos para a Própria Entidade";
- b) As dívidas de "clientes, contribuintes e utentes", na parte em que a cobrança se tem revelado de maior dificuldade, pese embora se encontrarem provisionadas de acordo com os termos previstos no POCAL, deverão merecer a maior atenção sobre a diligência na sua cobrança,

porquanto a Lei 23/96, de 26/07 – *Lei dos Serviços Públicos Essenciais*, estabelece como prazo de caducidade para a liquidação das dívidas, apenas, 6 (seis) meses. Tal situação permite invocar ao devedor o direito à caducidade. Por tal facto deverá o Município enviar uma carta a solicitar o pagamento, mesmo que o atrasado seja pago em regime prestacional, de modo a fazer-se ressarcir desse ativo (direito) e criar para o futuro mecanismos de controlo que lhe permitam assegurar a cobrança dessas dívidas.

- c) Os bens arrendados a terceiros, nomeadamente habitações sociais, bar das piscinas, bar do centro de camionagem, bar da casa de artes, quiosque, cozinha regional, entre outros, continuam registados como imobilizado corpóreo, quando, de acordo com a normalização contabilística aplicável (POCAL), o reconhecimento desses activos deverá ser relevado em “investimentos financeiros- investimentos em imóveis” (conta 41.4) sendo as rendas obtidas registadas numa conta 78 – Proveitos e ganhos financeiros e não na rubrica 712 – Prestação de serviços como tem vindo a ser feito, assim como os encargos suportados com esses imóveis deverão ser considerados custos financeiros;
- d) No que concerne ao controlo do imobilizado registamos o facto da Secção do Património não proceder à verificação física periódica dos bens do activo imobilizado, de modo a controlar a permanência de bens do activo imobilizado em poder do Município. Com efeito, o imobilizado é uma área com grande significado e implica a existência de medidas de controlo interno específicas, que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas do Município e a integridade dos bens registados e que são propriedade do Município;
- e) A gestão de imobilizado, designadamente, no que se refere aos seus custos de manutenção, requer um sistema de informação sujeito a permanente actualização e, ainda, complementado com um controlo físico efectuado por amostragem ao longo do exercício;
- f) De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que não se verifica na sua totalidade;
- g) As “folhas de carga” (controlo de bens do património imobilizado) não estão de acordo com o conteúdo de cada compartimento, ou seja, não são atualizadas com as alterações eventualmente ocorridas (aquisição, alienação ou substituição de bens);
- h) Anotamos, também, o facto de, não obstante o ponto 2.8.3 do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo ainda não se encontra aplicado, o que inviabiliza o apuramento dos custos pelo seu destino e um controlo de gestão de custos para a determinação e fixação das taxas com mais rigor;

- i) A especialização dos exercícios (imputação de custos e proveitos) só está a ser feita no final de cada ano económico, que, no caso, corresponde ao ano civil, e, apenas, para os seguros, remunerações a liquidar e subsídios para investimento. Há insuficiências nos procedimentos de afetação dos custos e proveitos aos anos em que ocorrem, que têm expressão na informação financeira relatada;
- j) Da análise documental efectuada, foram detetados custos/proveitos referentes ao exercício anterior registados como se fossem do próprio exercício. De notar que, o reconhecimento de custos ou proveitos referentes a exercícios anteriores, deverá ser relevado nas contas 69.7 ou 79.7 – Correções relativas a exercícios anteriores (se de baixa expressão material) e as correções dos valores considerados de materialidade significativa não deverão afectar o resultado do exercício e, por conseguinte, serão de registar na rubrica 59 – Resultados Transitados;
- k) Com relação à área dos stocks/existências não nos foi possível obter qualquer tipo de evidência sobre o controlo das entradas e saídas de materiais. Acontece que, em muitas das vezes, são adquiridos materiais que são transferidos diretamente para a obra pelo fornecedor. Nesta situação os bens adquiridos dão entrada e saída em simultâneo na aplicação informática, tornando-se difícil o seu controlo, nomeadamente no caso de haver sobras. Verificámos, ainda, a existência de artigos que não constam da aplicação de gestão de existências, ou seja, da listagem que serviu de suporte às contagens físicas;
- l) Ainda, em relação às existências, não se está a proceder à inventariação física de todos os bens com uma periodicidade regular, a qual deveria ser feita através de conferências parciais e periódicas. Das indagações efectuadas, apuramos que, apenas, são efectuadas contagens físicas no final do ano, aos bens do economato. Tal situação contribui para fragilizar os mecanismos de controlo das quantidades em stock, ao contrário do que estabelece o manual de procedimentos que aponta para a necessidade de um controlo permanente e sistemático entre os registos informáticos e as existências em armazém;
- m) Da análise documental efectuada, detetámos algumas faturas onde foram verificados incumprimentos na realização dos procedimentos de despesa;
- n) Relativamente ao IVA, o Município não está a proceder à facturação dos autoconsumos de água, já que não há medição dos mesmos e, concomitantemente, à liquidação do correspondente Iva;

3.2. Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na perceção de um risco de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global. Tendo por base os valores descritos no quadro seguinte, os quais foram retirados das demonstrações financeiras de 2014 e do FEF para 2015, ajustámos a materialidade global em € 414.835 e uma materialidade de execução de € 311.126.

Condição	Escolha %	Montante
Total do Activo Líquido	0,3%	264 113
Fundos Próprios	2,0%	1 171 218
Volume de Negócios	1,5%	36 470
Receita Cobrada Bruta	2,5%	393 158
Total de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Mapa XIX OE 2015)	2,5%	209 213

3.3 Notas sobre os trabalhos efetuados e respectivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação à tesouraria foi feita a inspecção física e contagem dos valores em cofre e foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do caixa, não tendo sido detetada qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efetuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 2.463,99.

12 – Depósitos em Instituições Financeiras

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 2.113.568,14.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem o Município tem operações activas. Das 5 entidades circularizadas (C.G.D, Millennium BCP, Novo Banco, Crédito Agrícola de Mogadouro e Vimioso e BIC.) apenas obtivemos resposta de 2 entidades (Crédito Agrícola e Caixa Geral de Depósitos).

O trabalho desenvolvido consistiu em testes de conformidade aos procedimentos e testes de verificação substantiva aos itens das reconciliações bancárias preparadas pelo Município, o que nos permitiu concluir que as 10 contas bancárias estão adequadamente conciliadas. Em síntese, temos:

Conta de Razão N.º	Conta Bancária N.º	Banco Dependência	Saldo Extrato Banco	Itens de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-Dez-15
				Empresa				Banco			
				Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
1211	0000/00000408630	CGD	1 221 719,12 €	0,00 €	1 251,52 €	0,00 €	0,00 €	260,03 €	141 527,32 €	0,00 €	1 079 200,31 €
1212	0000/00010493030	CGD	381 260,30 €	0,00 €	2 511,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	378 749,09 €
1216	0000/00182251030	CGD	59 040,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	59 040,26 €
1217	0000/00167651030	CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1219	0000/00002016230	CGD	152 043,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 440,68 €	0,00 €	0,00 €	153 484,46 €
1221	0000/09480222267	Millennium bcp	11 113,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27,50 €	0,00 €	0,00 €	11 140,70 €
1224	0000/09480249181	Millennium bcp	86 320,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	160,80 €	84,76 €	0,00 €	86 396,76 €
1231	0000/00040660604	Novo Banco	9 928,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 928,11 €
1241	0000/40117313684	CCAM de Mogadouro e Vimioso	68 372,41 €	0,00 €	402,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17,13 €	0,00 €	67 953,28 €
1251	0000/15698210101	Banco BIC	267 675,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	267 675,17 €
			2 257 473,07 €	0,00 €	4 164,73 €	0,00 €	0,00 €	1 889,01 €	141 629,21 €	0,00 €	2 113 568,14 €

Do teste de seguimento aos itens de reconciliação bancária não verificámos a existência de itens pendentes de reconciliação com antiguidade superior a seis meses.

Da análise efectuada à resposta obtida da Caixa Geral de Depósitos, verificámos a existência de depósitos obrigatórios (cauções) (€ 16.570,20), depósitos a prazo (€ 2.761,33) e obrigações (€ 15.441,10).

Relativamente aos depósitos obrigatórios/cauções apurou-se que se trata de garantias prestadas pelos fornecedores (Índice ICT & Management, Lda., Inertil – Sociedade Produtora Inertes, Lda. e Floresta Bem Cuidada, Lda.) em conta própria a favor do Município (operações de tesouraria).

2 – Terceiros

21 – Clientes

Não obstante os clientes apresentarem um saldo com alguma materialidade o facto de serem, fundamentalmente, sujeitos individuais impossibilitou-nos de procedermos ao teste de circularização de saldos para a obtenção da evidência sobre o saldo em dívida.

No entanto, efectuámos os procedimentos analíticos às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada.

No que respeita a rubrica “217 – Clientes e utentes c/cauções” realizámos testes substantivos à libertação de cauções e à entrega de cauções. A 31 de Dezembro, esta rubrica apresenta um saldo de € 12.678,63.

De notar que a rubrica “21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo no valor de € 31.702,65, cujas dívidas são referentes a água e taxas referentes a painéis publicitários. Deste saldo, e de acordo com o POCAL, encontram-se provisionados € 22.324,45. No entanto, chamamos atenção para o facto do reforço da provisão ter sido efectuada pela conta 692 – Dívidas incobráveis em vez da conta 671 – Provisões do exercício para cobranças duvidosas.

O valor da rubrica "21 – Clientes, contribuintes e utentes" ascende a € 174.118,42, dos quais, apenas, € 85.611,49 são referentes ao processamento de água do mês de Dezembro.

22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 13 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas circulares a solicitar a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 13 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 10. Dessas 13 entidades validámos a conferência de 3, conciliamos 7 e não obtivemos resposta de 3.

Em suma, com relação à rubrica global de fornecedores obtivemos a evidência necessária considerada necessária nas circunstâncias para podermos ter um nível de segurança razoável sobre o valor constante nos registos, no que concerne às asserções mensuração e plenitude.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
221001	3	ANTONIO AUGUSTO SANTOS LDA	0,00 €	59 082,80 €	-59 082,80 €	2	CONCILIADO
221001	28	INERTIL - SOC. PRODUTORA DE INERTES, LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	65	BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE MOGADOURO	0,00 €	5 596,25 €	-5 596,25 €	2	CONCILIADO
221001	76	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MOGADOURO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	621	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA	848,59 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221001	961	C.T.T.-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	0,00 €	3 783,89 €	-3 783,89 €	2	CONCILIADO
221001	1721	FOCSA - SERVIÇOS DE SANEAMENTO URBANO DE	0,00 €	10 854,40 €	-10 854,40 €	2	CONCILIADO
221001	1825	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	2532	EDP UNIVERSAL	0,00 €	1 204,78 €	-1 204,78 €	2	CONCILIADO
221001	3821	DOUROGAS PROPANO - COMP. COMERC. DE PROPAN	0,00 €	8 988,14 €	-8 988,14 €	2	CONCILIADO
221001	4401	PETROGAL, SA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221001	4666	EDP-COMERCIAL	857,71 €	0,00 €	857,71 €	2	CONCILIADO
221001	5380	DESAFIOMEDIEVAL, LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

23 - Empréstimos obtidos

Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve uma diminuição do saldo em dívida que passou de € 4.313.593,89, em 31 Dezembro de 2014, para € 3.611.432,67, em 31 de Dezembro de 2015.

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D e Crédito Agrícola), das quais obtivemos resposta. De acordo com os registos contabilísticos confirmámos a existência de treze linhas de crédito.

Verificámos a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade (classificação dos documentos) e de verificação substantiva (extensão dos saldos), o que nos permitiu concluir que todas as linhas de crédito têm a situação regularizada, ou seja, o cumprimento tempestivo das obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros).

Chamamos a atenção para a necessidade da desagregação da conta "68 – Juros suportados", por Instituição Bancária e linha de crédito para um melhor controlo contabilístico.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:

Descrição	Banco	Conta	Saldo em 31-12-2015	Resposta Banco	Difª.
Empréstimo	CGD	231211101	312 030,56 €	312 030,56 €	0,00 €
Empréstimo	CGD	231211102	526 609,66 €	526 609,66 €	0,00 €
Empréstimo	CGD	231211103	613 862,74 €	613 862,74 €	0,00 €
Empréstimo	CCAM	231211401	167 999,71 €	167 999,71 €	0,00 €
Empréstimo	CCAM	231211402	866 022,28 €	866 022,28 €	0,00 €
Empréstimo	CGD	231212101	67 871,58 €	67 871,58 €	0,00 €
Empréstimo	CGD	231212102	34 628,70 €	34 628,70 €	0,00 €
Empréstimo	CGD	231212103	17 206,86 €	17 206,86 €	0,00 €
Empréstimo	CGD	231212104	35 233,38 €	35 233,38 €	0,00 €
Empréstimo	CGD	231212105	85 797,94 €	85 797,94 €	0,00 €
Empréstimo	CGD	231212106	816 580,53 €	816 580,53 €	0,00 €
Empréstimo	CCAM	231212401	43 286,79 €	43 286,79 €	0,00 €
Empréstimo	CCAM	231212402	24 301,94 €	24 301,94 €	0,00 €
Total			3 611 432,67 €	3 611 432,67 €	0,00 €

A diminuição dos empréstimos bancários tem contribuído para uma maior margem face ao limite da dívida total do município, que, de acordo com os dados fornecidos pela DGAL, se situa, para o exercício de 2015, em € 14.675.850. A 31 de Dezembro de 2015, os empréstimos bancários representam 62,62% da dívida total do Município.

De acordo com o mapa enviado pelo Município para a DGAL, através do portal Autárquico SIAL (Sistema de Informação Integrado de Autarquias Locais), o Município apresenta uma margem disponível por utilizar de € 3.345.456, pese embora apenas poder aumentar a sua dívida orçamental (2016) em 20% da margem disponível.

24 - Estado

Esta rubrica inclui as relações financeiras do Município com o Estado e Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Seg. Social, ADSE e C.G.A.).

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos. As contribuições e impostos retidos têm sido pagos, pontualmente, dentro do prazo previsto na lei.

Relativamente à contribuição da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, chamamos atenção para o facto do registo das contribuições a cargo da entidade ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, a 31 de Dezembro, tais valores não aparecem relevados na conta 245 – XXXX, o que se verifica apenas em Janeiro de 2016. Estimamos que as contribuições a cargo da Entidade referente à

Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações do mês de Dezembro sejam de € 7.110,11 e € 27.634,66, respetivamente. Tal situação deverá ser corrigida na medida em que constitui uma desconformidade que se reflete na omissão de passivo nesse valor.

Relativamente ao IVA, anotamos o facto de não existir evidência sobre os autoconsumos de água, já que não há medição dos mesmos. Apesar de termos o valor das aquisições de água à ATMAD e o valor facturado a Clientes e Utentes o sistema tem sempre perdas, as quais não estão estimadas o que nos limita quanto à formação da opinião sobre o valor do IVA que deveria ser regularizado a favor do Estado.

25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental, baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização, ao seu cabimento e compromisso.

Da análise documental efectuada verificámos existirem algumas faturas com data anterior ao cabimento e compromisso, nomeadamente custos no valor global de € 57.204,25 e imobilizações no valor de € 385.877,39, ou seja, houve incumprimento no que concerne às fases dos procedimentos da despesa.

26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades credoras, inscritas na rubrica geral de “outros devedores e credores”, seleccionámos 20 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo e enviasse a respectiva conta corrente.

Dessas 20 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 7 o que, utilizando procedimentos analíticos e procedimentos alternativos de auditoria nos permitiu formar opinião sobre a razoabilidade do saldo global da conta de outros credores. Destas 20 entidades conferem 6, conciliámos 1 e não responderam 13.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
26111	28	INERTIL - SOC. PRODUTORA DE INERTES, LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
26111	954	AMERICO ALTINO FERNANDES	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26111	5397	NORCEP - CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS, LDA.	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26111	5687	IOLEC- COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICICO UNIPessoal, LDA	3 470,57 €	3 470,57 €	0,00 €	1	CONFERE
26131	28	INERTIL - SOC. PRODUTORA DE INERTES, LDA.	104 399,04 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	29	JAIME NOGUEIRA & FILHOS, LDA.	20 413,20 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	95	CISDOURO - CONSTRUÇOES E OBRAS PUBLICAS, S.A.	18 503,92 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	375	SILVA & PRETO, LDA.	17 502,51 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	611	CONSTRUÇOES JOAQUIM BATISTA FERREIRA, LDA.	11 159,89 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	664	MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA	22 246,44 €	47 706,08 €	-25 459,64 €	2	CONCILIADO
26131	1762	CONSTRUÇOES TENIZ ALVES LDA.	12 040,08 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	2508	ARNALDO AMADOR & FILHOS LDA.	14 870,10 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	3878	JOSE ANTONIO PATRAO, LDA	14 164,96 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	3993	LUCIOS DA SILVA AZEVEDO & FILHOS, LDA.	12 556,13 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	4011	FRANCISCO MEIRINHOS, CONSTRUÇOES, LDA.	17 285,76 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	5397	NORCEP - CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS, LDA.	20 991,18 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
268126	0	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	597 187,98 €	597 187,98 €	0,00 €	1	CONFERE
26847	5727	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
26898	952	ASSOCIACAO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVICOS DE MOGADO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
26898	2819	ASSOC. DE MUNICIPIOS DA TERRA FRIA DO NORDESTE TRANSMO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE

27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica, verificámos todos os procedimentos de especialização de custos e proveitos, nomeadamente as suas estimativas e respectiva consistência.

Rubrica	Descrição	31/12/2014	31/12/2015	Desvio €	Desvio %
27	Acréscimos e Diferimentos	-24 558 426,79	-24 681 193,73	-122 766,94	0,50%
271	Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00	0,00	
272	Custos Diferidos	38 672,38	48 363,78	9 691,40	25,06%
2729	Outros Custos Diferidos	38 672,38	48 363,78	9 691,40	25,06%
273	Acréscimos de Custos	-341 084,37	-337 713,58	3 370,79	-0,99%
2732	Remunerações a Liquidar	-341 084,37	-337 713,58	3 370,79	-0,99%
274	Proveitos Diferidos	-24 256 014,80	-24 391 843,93	-135 829,13	0,56%
2745	Subsídios para Investimentos	-24 256 014,80	-24 391 843,93	-135 829,13	0,56%

Acréscimos de Proveitos

Esta rubrica não apresenta qualquer saldo. Não tem sido prática do Município a especialização dos impostos a receber da Autoridade Tributária e das rendas.

Em relação aos impostos a receber da Autoridade Tributária, verificámos que os valores de 2014 foram registados em 2015 (€ 26.348,61) e os valores de 2015 (€ 19.698,28) registados em 2016, como evidencia o quadro abaixo:

Impostos a receber no ano seguinte, respeitantes ao ano	2015	2014
IUC	9 993,59 €	11 503,40 €
IMT	6 402,25 €	5 921,02 €
Derrama	- €	- €
IMI	3 302,44 €	7 468,60 €
Impostos Abolidos	- €	1 455,59 €
	19 698,28 €	26 348,61 €

Em relação às rendas de concessão, verificámos que os valores de 2014 foram registados em 2015 (€ 60.095,10) e os valores de 2015 (€ 195.406,51) registados em 2016, como evidencia o quadro abaixo:

Rendas a receber no ano seguinte, respeitantes ao ano	2015	2014
Renda de concessão da EDP Distribuição do 4.º Trimestre de N-1	124 514,60 €	- €
Comparticipação da Elienergia, Lda. referente à produção de energia eólica do Parque da Castanheira: 2.º Semestre de N-1	14 573,06 €	5 577,34 €
Renda da EDP Gestão de Produção de Energia referente aos Centros Electroprodutos referentes ao ano N-1	56 318,85 €	54 517,76 €
	195 406,51 €	60 095,10 €

Custos Diferidos

O saldo desta rubrica diz respeito aos prémios de seguros em que o período de cobertura vai para lá do fim do exercício de 2015.

Acréscimos de Custos

Esta rubrica evidencia os custos a imputar ao próprio exercício e cuja despesa só ocorre em 2015, ainda que não tenham documentação vinculativa. O Município considerou nesta rubrica as remunerações e respectivos encargos sociais devidas por motivo de férias e subsídio de férias a liquidar (€ 337.713,58).

Verificámos, ainda, que não é política do Município o reconhecimento dos juros a liquidar referente aos financiamentos obtidos que estimamos em € 3.251,55.

Chamamos atenção para o facto de o Município não cumprir com o princípio da especialização dos exercícios, à excepção das remunerações a liquidar e respetivos encargos. Dos testes realizados, apurámos faturas datadas de 2014 registadas em 2015, bem como, faturas datadas de 2015 registadas em 2016. Tal facto, não se reflete de forma materialmente relevante na expressão do resultado do exercício, uma vez que os montantes em causa são equivalentes de um ano para o outro. Recomendamos, no entanto, que proceda à regularização dos documentos de 2015 registados em 2016 através da rubrica "59 – Resultados transitados" para que os custos sejam reconhecidos no ano a que respeitam, ou seja, cumprir com o princípio da especialização dos exercícios na prestação de contas de 2016.

Proveitos Diferidos

Nesta rubrica encontram-se reflectidos os saldos dos subsídios de investimento correspondentes a investimentos em activos imobilizados corpóreos e em bens de domínio público no valor de € 24.391.843,93.

29 – Provisões

Esta rubrica apresenta um saldo no valor de € 22.324,45 referente a provisões para cobrança duvidosa relativamente aos consumidores de água. Do teste realizado aos saldos expressos na listagem de documentos de receitas colectivas e individuais.

Do teste de circularização efectuado ao advogado, verificámos a existência de diversos processos interpostos contra o Município. Todavia, não foi possível estimar o valor das provisões a constituir referentes a “processos judiciais em curso” pelo facto de, nas respostas dos advogados, não se mencionar qual a probabilidade do Município ser condenado. O quadro abaixo apresenta uma síntese dos processos comunicados pelos advogados “Abreu Advogados” e “Abecasis, Azoia Moura Marques & Associados”.

Número Processo	Tribunal	Natureza do Processo	Juizo	Início	Fim	Requerente	Requerido	Objecto	Valor Histórico	Provisão
302/12.3BEMDL	TAF Mirandela	Ação Administrativa Comum	Aguardam-se os ultiores termos do processo	10/out/12		Municípios do Distrito de Bragança	ARS Norte, Ministério da Saúde, INEM	Permanência de helicópteros de suporte imediato de vida.	30 000,01	0,00
25/14.9BEMDL	TAF Mirandela	Ação Administrativa Comum	Aguardam-se os ultiores termos do processo	09/out/14		Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local	Município de Mogadouro	Alteração de duração do período normal de trabalho dos trabalhadores.	5 001,00	0,00
113/14.1BEMDL	TAF Mirandela	Ação Administrativa Comum	Aguardam-se os ultiores termos do processo	28/fev/14		Eduardo Manuel Afonso Aragão	Município de Mogadouro	Danos patrimoniais.	7 750,00	0,00
383/13.2BEMDL	TAF Mirandela	Ação Administrativa Especial	Aguardam-se os ultiores termos do processo	30/set/13		Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local	Município de Mogadouro	Anulação das propostas do Presidente da Câmara Municipal.	15 000,00	0,00
597/15.0BEMDL	TAF Mirandela	Ação Administrativa Comum	Aguardam-se os ultiores termos do processo	30/nov/15		Henrique Miguel Marcos Moura	Município de Mogadouro	Indemnização por afogamento de cadela de caça.	414,00	0,00
219/14.7BEMDL	TAF Mirandela	Ação Administrativa Especial de Contencioso Pré-Contratual	Aguardam-se os ultiores termos do processo	29/abr/14		Jaime Nogueira & Filhos, Lda.	Município de Mogadouro	Anular adjudicação "Loteamento Industrial de Mogadouro - III Fase".	30 000,01	0,00
219/14.7BEMDL-A	TAF Mirandela	Execução de Sentença	Aguardam-se os ultiores termos do processo	03/jun/15		Jaime Nogueira & Filhos, Lda.	Município de Mogadouro	Anulação de concurso, contrato de adjudicação, sanção pecuniária compulsória e indemnização.	360 940,81	0,00
227/07.4TBMB	TJ Mogadouro	Ação Declarativa sob a forma de processo ordinário	Aguardam-se os ultiores termos do processo	12/set/07		Maria Fernanda dos Santos Pinto	Alexandre José Alves Jerónimo		905 000,00	0,00
566/14.8BEMDL	TJ Mogadouro	Ação Administrativa Especial de Contencioso Pré-Contratual	Aguardam-se os ultiores termos do processo	02/jan/15		Restradas, Lda.	Município de Mogadouro	Anular adjudicação "Requalificação de Polidesportivo no Conselho".	218 060,10	0,00
295/04.0BEMDL	TAF Mirandela	Ação Declarativa sob a forma de processo ordinário	Aguardam-se os ultiores termos do processo	01/jan/04		Ricardo Jorge Barros Simeão Versos	Município de Mogadouro	Reconhecimento de habilitações e qualificação profissional.	15 000,00	0,00
116/13.3BEMDL	TAF Mirandela	Ação Administrativa Especial de Impugnação de Acto Administrativo	Aguardam os autos posteriormente desenvolvidos			Município de Mogadouro	MAMAOT	Não ligação do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento.	30 000,01	0,00
263/13.1BEMDL		Ação Administrativa Comum de Condenação	Aguardam os autos posteriormente desenvolvidos			Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Município de Mogadouro	Serviços de saneamento e fornecimento de água.	174 254,22	0,00
162/14.0BEMDL		Ação Administrativa Comum de Condenação	Aguardam os autos posteriormente desenvolvidos			Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Município de Mogadouro	Serviços de saneamento e fornecimento de água.	426 196,40	0,00
18/15.9BEMDL		Ação Administrativa Comum de Condenação	Aguardam os autos posteriormente desenvolvidos			Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Município de Mogadouro	Prestação de serviços de saneamento e fornecimento.	688 744,32	0,00
CO/000276/13		Processo Contra-Ordenação Inspeção	Aguardam os autos posteriormente desenvolvidos			IGAMAOT	Município de Mogadouro	Contra-ordenação ambiental.		0,00
CO/000276/15		Processo Contra-Ordenação Inspeção	Aguardam os autos posteriormente desenvolvidos			IGAMAOT	Município de Mogadouro	Contra-ordenação ambiental.		0,00

3 - Inventário/Existências

Dos testes realizados verificámos a existência de guias de movimento de entrega, de modo a registar e controlar os consumos dos armazéns que se destinam às obras, sendo que este controlo é apenas manual e, portanto, não é sujeito ao controlo pela aplicação do aprovisionamento. No entanto, a não relevação das obras em curso realizadas por administração directa traduz-se numa subvalorização do activo e do capital próprio do Município.

Relativamente a esta rubrica verificámos ainda os seguintes aspetos:

- Não existe um manual de inventário;
- Relativamente aos materiais (cimento, areia, tijolos, etc), verificamos que vai directamente do fornecedor para as obras de administração directa, sem que haja um controlo rigoroso;
- Verificamos a existência de determinados artigos com elevadas quantidades mas, com reduzida rotação de stock;
- Verificamos a existência de artigos que não constam da aplicação de gestão de existências. Das indagações a que procedemos concluímos que tal acontece pelo facto dos encarregados procederem a realização de compras sem que estas passem pelo armazém. Este procedimento denota uma fragilidade do controlo interno;
- Relativamente ao material eléctrico somos da opinião que deveria ser criado um espaço físico independente do restante material.

Em suma, enfatizamos a necessidade de todas as compras serem realizadas através do armazém com as respectivas informações das diversas divisões.

A 31 de Dezembro de 2015 a rubrica "36 – Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo" possui um saldo de € 194.532,76.

4 – Imobilizado

41- Investimentos Financeiros

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro de 2015, um saldo no valor global de € 703.209,96.

Durante o exercício de 2015 esta rubrica registou a participação no FAM - Fundo de Apoio Municipal, conforme se verifica no quadro abaixo.

Investimentos Financeiros
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
	Descrição		Aumentos	Abates	Transferênc.	
411	Partes de Capital	6 490,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 490,98 €
4111	Associações de Municípios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4112	Empresas Municipais e Intermunicipais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	- (...)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4113	Empresas Privadas ou Cooperativas	6 490,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 490,98 €
	- (...)	6 490,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 490,98 €
412	Obrigações e títulos de participação	0,00 €	696 718,98 €	0,00 €	0,00 €	696 718,98 €
	- Fundo de Apoio Municipal	0,00 €	696 718,98 €	0,00 €	0,00 €	696 718,98 €
414	Investimentos em imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
415	Outras aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		6 490,98 €	696 718,98 €	0,00 €	0,00 €	703 209,96 €

Segundo as demonstrações financeiras, as partes de capital correspondem às participações detidas nas entidades Resíduos do Nordeste EIM, S.A. (€ 2.750,00) e Laboratório Regional de Trás-os-Montes Lda. (€ 3.740,98).

Relativamente à participação na entidade “Resíduos do Nordeste EIM, S.A.”, verificámos que a certidão permanente não menciona as entidades que detêm o capital. Todavia, da análise aos estatutos verificámos que o capital social se encontra subscrito e realizado por Associações, nomeadamente, pela Associação de Municípios do Douro Superior, correspondente a 22% e não pelos Municípios, pelo que deverá ser regularizado.

Da análise à nota “8.2.16 – Identificação das entidades participadas” do anexo ao balanço e demonstração dos resultados, verificámos a existência de diversas participações que não constam reconhecidas nas contas do Município.

42- Imobilizado Corpóreo

Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como cumprida a asserção da mensuração.

Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
			Aumentos	Alienações	Transferênc./ Abates	
421	Terrenos e Recursos Naturais	6 548 675,58 €	2 892,00 €	0,00 €	0,00 €	6 551 567,58 €
422	Edifícios e O.Construções	51 335 211,86 €	3 210 342,15 €	0,00 €	17 783,36 €	54 527 770,65 €
423	Equipamento Básico	11 553 618,25 €	98 001,34 €	0,00 €	4 920,70 €	11 646 698,89 €
424	Equipamento de Transporte	1 238 453,56 €	301 993,70 €	71 432,34 €	0,00 €	1 469 014,92 €
425	Ferramentas e Utensílios	1 028 059,39 €	11 037,20 €	0,00 €	4 368,97 €	1 034 727,62 €
426	Equipamento Administrativo	1 480 234,40 €	43 191,48 €	3 526,80 €	42 294,55 €	1 477 604,53 €
427	Taras e Vasilhames	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras Imob. Corpóreas	1 375 856,12 €	158 613,41 €	0,00 €	6 538,92 €	1 527 930,61 €
		74 560 109,16 €	3 826 071,28 €	74 959,14 €	75 906,50 €	78 235 314,80 €

43- Imobilizado Incorpóreo

Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo, não se verificaram registos no decorrer do exercício de 2015, apresentado um saldo de € 643.232,32.

Imobilizado Incorpóreo
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
			Aumentos	Abates	Transferênc.	
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas de invest. e desenv.	137 106,85 €	258 198,47 €	0,00 €	0,00 €	395 305,32 €
433	Propriedade industrial e o. direitos	125,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125,30 €
434	Software informático	245 412,42 €	2 389,28 €	0,00 €	0,00 €	247 801,70 €
		382 644,57 €	260 587,75 €	0,00 €	0,00 €	643 232,32 €

44 - Imobilizado em Curso

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro de 2015, um saldo no valor de € 1.301.585,81.

Os movimentos ocorridos, no decurso do ano de 2015, em “Imobilizado em Curso”, têm por base a realização de obras e a transferência para Imobilizado Corpóreo com base nos autos de receção provisória.

Da análise efectuada verificamos uma fatura do fornecedor “Gualdim Anciães Amado & Filhos” no valor de € 385.877,39 em que não se verificou o cumprimento das fases da despesa, nomeadamente, o cabimento e compromisso, que têm data posterior à fatura.

Imobilizado Em Curso
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
	Descrição		Aumentos	Abates	Transferênc.	
441	Imobilizações em Curso de investimentos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas	1 713 287,78 €	3 869 506,14 €	0,00 €	4 624 380,12 €	958 413,80 €
443	Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas	197 158,72 €	223 105,75 €	0,00 €	258 198,47 €	162 066,00 €
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público	91 239,51 €	749 592,81 €	0,00 €	659 726,31 €	181 106,01 €
		2 001 686,01 €	4 842 204,70 €	0,00 €	5 542 304,90 €	1 301 585,81 €

45 – Bens de Domínio Público

Os aumentos registados na conta “45 – Bens de Domínio Público” derivam da transferência de obras em curso para a respetiva conta de Bens de Domínio Público, de acordo com auto de receção provisória.

Bens de Domínio Público
Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
	Descrição		Aumentos	Abates	Transferênc.	
451	Terrenos e Recursos Naturais	680 942,66 €	6 796,64 €	0,00 €	0,00 €	687 739,30 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453	Outras Construções e Infra-Estruturas	68 624 905,57 €	2 286 454,49 €	0,00 €	146 853,30 €	70 764 506,76 €
		69 305 848,23 €	2 293 251,13 €	0,00 €	146 853,30 €	71 452 246,06 €

Valorimetria adoptada

Confirmámos que a valorimetria adoptada para a generalidade dos activos imobilizados é a do custo de aquisição. Porém, no que se refere aos bens produzidos (construídos) por administração directa, detectámos que o processo de imputação de custos apresenta evidentes insuficiências para efeitos da valorização plena desses activos, na medida em que só é imputado o material destinado à obra, não sendo considerados os custos directos com o pessoal, amortização de máquinas e viaturas propriedade da autarquia, consumíveis e outros gastos gerais relacionados com a obra, ou seja, esses custos não imputados pelo Município são reconhecidos como custo do exercício e não são capitalizados na construção do activo.

Concomitantemente, não é relevado qualquer valor na rubrica “Trabalhos para a Própria Entidade”. Daí que tal situação produza uma infra valoração dos activos e, por consequência, uma subvalorização do património líquido e do resultado do exercício.

Por insuficiência documental não nos foi possível efectuar um levantamento das obras realizadas por administração direta de forma a aferir com fiabilidade os custos suportados pelo Município relacionados com cada obra e a essa não imputados, para efeitos da relevação do seu valor contabilístico e patrimonial.

Amortizações

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando o cruzamento dos dados da aplicação POCAL com os da aplicação do Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de amortização e, consequentemente, à amortização do período não verificamos qualquer distorção de expressão material relevante.

5 - Fundos Próprios

O quadro seguinte evidencia os movimentos ocorridos, em 2015, nas contas da classe 5 – Fundos Próprios:

Rubrica	Descrição	31/12/2014	31/12/2015	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PROPRIOS	61 749 032,65	58 939 610,92	-2 809 421,73	-4,55%
51	Património	16 067 419,56	16 067 419,56	0,00	0,00%
57	Reservas	18 530 257,23	18 719 505,81	189 248,58	1,02%
575	Subsídios	18 529 957,23	18 719 205,81	189 248,58	1,02%
576	Doações	300,00	300,00	0,00	0,00%
59	Resultados Transitados	27 151 355,86	24 152 685,55	-2 998 670,31	-11,04%

A rubrica de “51 – Património” manteve-se inalterada desde Dezembro de 2014.

No que respeita à rubrica “575 – Subsídios”, a quase totalidade do aumento registado é referente a verbas recebidas da DGAL no âmbito do contrato de auxílio financeiro, cujo objectivo é a mitigação de impactos e recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio em Picões, ocorrido entre 8 e 11 de Julho de 2013.

Em 2014, foi considerado nesta rubrica o subsídio “Loja Interativa de Turismo de Mogadouro” no valor de € 103.196,78 que teve como finalidade, por exemplo, a aquisição de equipamento informático, serviços de publicidade, projecto layout, ou seja, tem natureza de subsídio ao investimento e à exploração. Por conseguinte, o seu reconhecimento não teve em atenção essa divisão devido à dificuldade, por parte dos serviços financeiros do Município, em identificar o montante correspondente à sua finalidade.

No que respeita à rubrica “59 – Resultados Transitados”, verificámos a aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 e regularização de proveitos associados aos subsídios para investimento.

6 – Custos e proveitos

61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS	497 490,20	518 096,80	20 606,60	4,14%
616	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	497 490,20	518 096,80	20 606,60	4,14%
6161	Matérias-primas	42 586,37	96 508,71	53 922,34	126,62%
6162	Matérias subsidiárias	172,70	7,83	- 164,87	-95,47%
6165	Materiais de consumo	416 006,66	387 054,55	- 28 952,11	-6,96%
6166	Produtos Químicos	38 724,47	34 525,71	- 4 198,76	-10,84%

2. Trabalho Efectuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respectiva revisão analítica.

3. Conclusões

Verificámos que, nesta rubrica, é registado o valor das aquisições de materiais a fornecedores destinados às obras que o Município realiza com o pessoal da autarquia (administração directa), sendo que, algumas dessas obras são ativos imobilizados e, consequentemente, deveriam estar relevados como tal.

62 – Fornecimentos e Serviços Externos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	4 336 897,25	4 259 985,01	- 76 912,24	-1,77%
621	Subcontratos	1 079 635,93	996 798,77	- 82 837,16	-7,67%
622	Fornecimentos e serviços	3 257 261,32	3 263 186,24	5 924,92	0,18%
62211	Electricidade	1 078 791,78	1 081 849,26	3 057,48	0,28%
62212	Combustíveis	274 650,59	255 125,58	- 19 525,01	-7,11%
622121	Gasóleo	149 034,41	151 963,78	2 929,37	1,97%
622122	Gasolina	8 386,97	12 361,62	3 974,65	47,39%
622123	Outros	117 229,21	90 800,18	- 26 429,03	-22,54%
62213	Água	14 883,06	15 202,36	319,30	2,15%
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	27,50	62,30	- 34,80	-126,55%
62216	Livros e documentação técnica	97,95	-	- 97,95	-100,00%
62217	Material de escritório	1 030,44	853,16	- 177,28	-17,20%
62218	Artigos para oferta	47 787,25	43 934,52	- 3 852,73	-8,06%
62219	Rendas e alugueres	52 886,36	78 173,73	25 287,37	47,81%
62220	PRÉMIOS EM DINHEIRO	9 930,00	10 490,00	560,00	5,64%
62221	Despesas de representação	7 431,65	7 620,22	188,57	2,54%
62222	Comunicação	137 069,59	121 815,08	- 15 254,51	-11,13%
62223	Seguros	74 752,52	53 328,45	- 21 424,07	-28,66%
62225	Transportes de mercadorias	11 115,14	5 768,48	- 5 346,66	-48,10%
62226	Transportes de pessoal	28 738,08	41 355,79	12 617,71	43,91%
62227	Deslocações e estadas	1 360,75	4 951,97	3 591,22	263,91%
62229	Honorários	69 017,41	89 075,86	20 058,45	29,06%
62232	Conservação e reparação	262 652,81	241 779,51	- 20 873,30	-7,95%
62233	Publicidade e propaganda	82 855,79	72 853,91	- 10 001,88	-12,07%
62234	Limpeza, higiene e conforto	128 430,63	131 140,80	2 710,17	2,11%
62235	Vigilância e segurança	20 577,28	60 599,48	40 022,20	194,50%
62236	Trabalhos especializados	124 383,75	126 636,18	2 252,43	1,81%
62237	ALIMENTAÇÃO (REFEITÓRIOS)	42 322,71	37 865,97	- 4 456,74	-10,53%
62238	ALIMENTAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	25 349,39	34 479,47	9 130,08	36,02%
62239	Seminários, exposições e similares	4 668,24	2 348,18	- 2 320,06	-49,70%
62240	ALIMENTAÇÃO - GENEROS PARA CONFECCÃO	36 932,30	40 146,07	3 213,77	8,70%
62245	MÃO DE OBRA	27 328,42	-	- 27 328,42	-100,00%
62290	Encargos de cobrança	42 018,05	37 507,24	- 4 510,81	-10,74%
62296	Curso de Formacao	185,00	480,00	295,00	159,46%
62298	Outros fornecimentos e serviços	649 986,88	667 742,67	17 755,79	2,73%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica “fornecimentos e serviços externos”, comparando com o período homólogo de 2014, diminuiu € 76.912,24, ou seja, 1,77%.

Assim, passamos a identificar as rubricas que registaram maior variação, assim como as que contribuíram para esta diminuição de custos:

- “622112 – Combustíveis”, registou uma diminuição de € 19.525,01 devendo-se, essencialmente, ao decréscimo registado na rubrica “outros” que inclui os custos com o gás nos Edifícios;
- “62219 – Rendas e alugueres”, registou um aumento de € 25.287,37, o correspondente a 47,81%, resultante do aluguer de stands para as festas da amendoeira do programa “Aqui Portugal” e “Festival de Terra Transmontana”;
- “62223 – Seguros”, registou uma diminuição de € 21.424,07 resultante de um novo concurso em que os seguros automóveis foram efectuados em frota;
- “62235 – Vigilância e segurança”, registou um aumento no valor de € 40.022,20, devendo-se ao facto da contratação dos serviços de vigilância para o complexo desportivo, em 2014, ter sido efectuada apenas em Julho; e
- “62245 - Mão-de-obra”, registou um decréscimo de € 27.328,42 referente à correcção dos registos de serviços de máquina para a rubrica de “conservação e reparação”.

De notar que não existe uma conta integradora para os combustíveis, aparecendo, apenas, as rubricas individualizadas (ex.: gasóleo, gasolina, outros).

63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
63	TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	1 080 203,26	1 206 864,50	126 661,24	11,73%
631	Transferências correntes concedidas	1 080 203,26	1 206 864,50	126 661,24	11,73%
6311	Administrações públicas	475 483,58	567 074,49	91 590,91	19,26%
63111	Orçamento do Estado	10 799,08	10 156,80	642,28	-5,95%
63114	Segurança Social	3 990,40	2 992,80	997,60	-25,00%
631131	Municípios	18 697,39	19 684,20	986,81	5,28%
631132	Freguesias	418 591,35	413 017,77	5 573,58	-1,33%
631133	Associações de Municípios	21 905,36	119 722,92	97 817,56	446,55%
631134	Regiões de Turismo	1 500,00	1 500,00		0,00%
6312	Administrações privadas	389 891,90	389 603,93	287,97	-0,07%
6313	Famílias	214 827,78	250 186,08	35 358,30	16,46%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

As transferências correntes, concedidas pelo Município, aumentaram globalmente € 126.661,24. O aumento registado deveu-se sobretudo às transferências efetuadas para as "Associações de municípios" resultante, em parte, às despesas de funcionamento com a Associação do Baixo Sabor e "famílias" pelo facto de ter sido atribuído um subsídio para a sanidade animal pela vacinação dos ruminantes, ambas as transferências não existiam no exercício de 2014.

Não existe uma conta integradora para as transferências correntes concedidas (Municípios, Freguesias e Associações de Municípios), aparecendo, apenas, as rubricas individualizadas.

64 – Custos com Pessoal

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
64	CUSTOS COM O PESSOAL	2 823 532,26	2 661 696,74	- 161 835,52	-5,73%
641	Remunerações dos órgãos autárquicos	237 150,96	240 336,75	3 185,79	1,34%
6411	Remunerações dos eleitos locais	144 386,34	146 107,24	1 720,90	1,19%
6412	Remunerações dos membros do G.A.P.	92 764,62	94 229,51	1 464,89	1,58%
642	Remunerações do pessoal	2 005 645,29	1 862 227,51	- 143 417,78	-7,15%
6421	Remunerações base do pessoal	1 409 864,17	1 319 753,05	- 90 111,12	-6,39%
64211	Pessoal em funções	1 315 154,92	1 283 146,08	- 32 008,84	-2,43%
64212	Pessoal em qualquer outra situação	93 350,28	36 606,97	- 56 743,31	-60,79%
642121	Pessoal com contrato a termo certo	4 166,66	1 515,00	- 2 651,66	-63,64%
642122	Outras situações	65 959,29	33 565,15	- 32 394,14	-49,11%
642124	Pessoal em regime de tarefa ou avença	23 224,33	1 526,82	- 21 697,51	-93,43%
64214	Pessoal aguardando aposentação	1 358,97	-	- 1 358,97	-100,00%
6422	Suplementos de remunerações	578 956,54	527 972,57	- 50 983,97	-8,81%
6423	Prestações sociais directas	16 824,58	14 501,89	- 2 322,69	-13,81%
645	Encargos sobre remunerações	457 805,51	449 210,87	- 8 594,64	-1,88%
6452	Seg.S. pessoal regime cont trabalho funções public	457 805,51	449 210,87	- 8 594,64	-1,88%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	21 438,53	18 812,94	- 2 625,59	-12,25%
648	Outros custos com pessoal	101 491,97	91 108,67	- 10 383,30	-10,23%
6481	Despesas de saúde	98 312,87	88 453,07	- 9 859,80	-10,03%
6489	Outros	3 179,10	2 655,60	- 523,50	-16,47%

2. Trabalho Efetuado

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, dos procedimentos de processamento e de registo das operações. Para o efeito a amostra foi constituída por dois meses de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião

sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade. Verificámos, ainda, a razoabilidade das remunerações suplementares e a especialização das férias e subsídio de férias e de outros custos relacionados com o pessoal.

3. Conclusões

Para além de pequenos desvios e algumas pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações dignas de registo, pelo que verificamos o cumprimento da asserção mensuração.

Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de 2014 (art. n.º 33 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro), conjugada com a Lei n.º 75/2014 de 12 Setembro, não tendo sido detetada qualquer anomalia suscetível de anotação.

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2014, os custos com o pessoal sofreram um decréscimo de € 161.835,52, o equivalente a 5,73%, explicado pela reforma de três funcionários, redução do número de estágios profissionais e pelo facto do Comando Operacional Municipal ter sido substituído em Março e reiniciado apenas em Setembro.

65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	20 672,82	22 437,49	1 764,67	8,54%
651	Impostos e taxas	20 672,82	22 417,49	1 744,67	8,44%
658	Outros custos e perdas operacionais	0,00	20,00	20,00	

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica registou um acréscimo de € 1.764,67, o que equivale a 8,54%.

66 – Amortizações do Exercício

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	7 070 755,11	7 066 442,14	- 4 312,97	-0,06%
662	Imobilizações corpóreas	2 456 614,82	2 564 820,59	108 205,77	4,40%
6622	Edifícios e outras construções	1 895 166,89	2 017 822,44	122 655,55	6,47%
6623	Equipamento básico	217 275,46	179 007,35	- 38 268,11	-17,61%
6624	Equipamento de transporte	49 079,56	67 616,11	18 536,55	37,77%
6625	Ferramentas e utensílios	113 849,54	104 191,33	- 9 658,21	-8,48%
6626	Equipamento administrativo	99 268,26	98 892,53	- 375,73	-0,38%
6629	Outras imobilizações corpóreas	81 975,11	97 290,83	15 315,72	18,68%
663	Imobilizações incorpóreas	27 643,97	91 313,60	63 669,63	230,32%
6632	Despesas de investigação e desenvolvimento	17 271,96	86 066,15	68 794,19	398,30%
6634	Software Informático	10 372,01	5 247,45	- 5 124,56	-49,41%
665	Bens de domínio público	4 586 496,32	4 410 307,95	-176 188,37	-3,84%
6651	Terrenos e recursos naturais	7 342,67	-	- 7 342,67	-100,00%
6653	Outras construções e infraestruturas	4 579 153,65	4 410 307,95	-168 845,70	-3,69%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste relativo ao cálculo das amortizações do exercício e à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação do património com os valores constantes na contabilidade.

3. Conclusões

Dos testes realizados não detetámos qualquer distorção que coloque em causa a asserção mensuração e verificámos o cumprimento da consistência relativamente à política contabilística das amortizações. Em termos globais, a diminuição registada face ao período anterior foi irrelevante. Dos testes de correlação entre a aplicação POCAL e aplicação Património não foi detetada nenhuma divergência material.

68 – Custos e Perdas Financeiras

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	30 332,91	19 764,65	- 10 568,26	-34,84%
681	Juros suportados	27 439,67	16 700,64	- 10 739,03	-39,14%
6811	Em moeda nacional	27 439,67	16 700,64	- 10 739,03	-39,14%
688	Outros custos e perdas financeiros	2 893,24	3 064,01	170,77	5,90%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, contrastados com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Numa análise agregada à rubrica de “custos e perdas financeiras” verificou-se uma diminuição de € 10.568,26, comparativamente a igual período do ano anterior.

Dos testes efetuados verificámos que não é política do Município a especialização dos juros a pagar, pelo que recomendamos a sua especialização em conformidade com o estabelecido no POCAL. Estimámos que o acréscimo de juros a pagar em 2016 referentes a 2015 atingem o valor de, aproximadamente, € 3.251,55.

69 – Custos e Perdas Extraordinárias

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	466 345,76	273 575,11	- 192 770,65	-41,34%
691	Transferências de capital concedidas	453 422,54	256 369,76	- 197 052,78	-43,46%
6911	Administrações Públicas	362 969,00	147 768,69	- 215 200,31	-59,29%
69113	Administração autárquica	34 700,00	34 768,69	68,69	0,20%
691132	Freguesias	34 700,00	4 000,00	- 30 700,00	-88,47%
6912	Administrações Privadas	71 975,00	39 950,00	- 32 025,00	-44,49%
6913	Famílias	9 901,04	25 571,71	15 670,67	
6915	Empresas	8 577,50	43 079,36	34 501,86	402,24%
692	Dívidas Incobráveis	-	7 640,02	7 640,02	
693	Perdas em existências	-	1 353,83	1 353,83	
694	Perdas em imobilizações	-	3 948,82	3 948,82	
695	Multas e penalidades	210,00	240,00	30,00	14,29%
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	2 368,49	290,42	- 2 078,07	-87,74%
698	Outros custos e perdas extraordinários	10 328,37	3 732,26	- 6 596,11	-63,86%
699	Outras	16,36	-	- 16,36	-100,00%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Através da análise efectuada, verificámos que, em relação ao período homólogo de 2014, os “custos e perdas extraordinárias” diminuíram, em termos globais, 41,34%, ou seja, € 192.770,65. As rubricas mais representativas na expressão dos custos extraordinários foram “691132 – Freguesias”, “6912 – Administrações privadas” com diminuições de € 30.700,00 e € 32.025,00 e “6915 – Empresas” com um acréscimo de € 34.501,86.

7 – Proveitos e Ganhos**71 – Vendas e Prestação de Serviços****1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
71	Vendas e Prestação de Serviços	- 1 438 820,92	- 1 002 746,73	436 074,19	-30%
711	Vendas	- 279 763,00	- 278 448,63	1 314,37	0%
7111	Mercadorias	- 1 440,48	- 1 530,22	89,74	6%
7112	Produtos acabados e intermédios	- 278 322,52	- 276 918,41	1 404,11	-1%
712	Prestações de serviços	- 723 944,73	- 690 898,10	33 046,63	-5%
7121	SANEAMENTO:	- 210 996,54	- 198 907,41	12 089,13	-6%
7122	ÁGUA:	- 3 502,79	- 3 080,72	422,07	-12%
7123	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	- 2 242,89	- 2 782,12	539,23	24%
7124	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	- 5 430,72	- 7 096,89	1 666,17	31%
7125	Cemitérios	- 4 600,22	- 3 768,05	832,17	-18%
7127	Instalações desportivas, culturais e recreativas	- 43 827,15	- 52 877,86	9 050,71	21%
7129	OUTROS	- 453 344,42	- 422 385,05	30 959,37	-7%
71293	TARIFA DE DISPONIBILIDADE - ÁGUA (EX-ALUGUER)	- 144 861,44	- 131 961,77	12 899,67	-9%
71295	SERVIÇO ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS	- 0,19	- 0,38	0,19	100%
71296	RESÍDUOS SÓLIDOS:	- 292 794,62	- 274 262,95	18 531,67	-6%
71298	REFEIÇÕES ESCOLARES	- 13 776,51	- 14 248,26	471,75	3%
71299	OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	- 1 911,66	- 1 911,69	0,03	0%
713	OUTROS	- 435 113,19	- 33 400,00	401 713,19	-92%
7131	RENDAS E ALUGUERES	- 435 113,19	- 33 400,00	401 713,19	-92%
71311	RENDAS COMERCIAIS	- 39 849,60	-	39 849,60	-100%
71312	RENDAS DE HABITAÇÃO	- 4 359,72	-	4 359,72	-100%
71313	CONCESSAO DE EXPLORACAO	- 389 343,87	- 33 400,00	355 943,87	-91%
71319	OUTRAS RENDAS	- 1 560,00	-	1 560,00	-100%

2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Para tanto efetuámos também o teste ao corte de operações. Verificámos, de entre outros, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Com relação ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento da especialização dos exercícios.

3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2014, as vendas e prestação de serviços registaram uma diminuição no valor de € 436.074,19, ou seja, 30%. A rubrica que mais contribuiu para esta diminuição foi a “713 – Rendas e Alugueres”, registando uma diminuição de € 401.713,19, resultante da alteração da política contabilística do registo associado as rendas, que passaram a ser contabilizadas na conta “783 – Rendimentos de Imoveis”.

72 – Impostos e Taxas**1. Conteúdo**

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
72	Impostos e Taxas	- 992 534,23	- 1 034 673,17	- 42 138,94	4%
721	Impostos directos	- 906 088,42	- 944 252,99	- 38 164,57	4%
722	Impostos indirectos	- 57 508,96	- 44 569,95	12 939,01	-22%
724	Taxas	- 53 081,07	- 51 204,03	1 877,04	-4%
725	Reembolsos e Restituições	7 758,03	3 636,80	- 4 121,23	-53%
726	Anulações	16 386,19	1 717,00	- 14 669,19	-90%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos alternativos utilizados. Verificámos o cumprimento da especialização dos proveitos referentes a esta rubrica.

3. Conclusões

Esta rubrica registou um aumento no valor de € 42.138,94 face ao período homólogo. As maiores variações ocorreram na rubrica “impostos directos” resultante do aumento na arrecadação da receita relacionada com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT).

Não tem sido política do Município a especialização dos impostos a receber da Autoridade Tributária. Todavia, verificámos impostos de 2014 registados em 2015 no valor de € 26.348,61 e impostos de 2015 registados em 2016 no valor de € 19.698,28.

73 – Proveitos Suplementares**1. Conteúdo**

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
73	Proveitos Suplementares	- 2 500,00	-	2 500,00	-100%
7369	OUTROS BENS NAO DURADOUROS	- 2 500,00	-	2 500,00	-100%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos.

3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica apresenta um saldo nulo. Em 2014, o saldo de € 2.500,00 estava associado à alienação, em hasta pública, de árvores e lenha resultante da limpeza de bermas de estradas.

74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos**1. Conteúdo**

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	- 9 017 441,38	- 9 189 708,54	- 172 267,16	2%
742	Transferências obtidas	- 9 017 441,38	- 9 189 708,54	- 172 267,16	2%
7421	Administrações públicas	- 8 696 577,55	- 8 934 343,59	- 237 766,04	3%
74211	Orçamento do Estado	- 8 508 909,57	- 8 837 842,90	- 328 933,33	4%
742111	Transferências correntes	- 7 693 038,51	- 7 988 122,84	- 295 084,33	4%
742112	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	- 815 871,06	- 849 720,06	- 33 849,00	4%
74212	Fundos e serviços autónomos	- 187 667,98	- 96 500,69	91 167,29	-49%
7424	EXTERIOR	-	- 5 420,13	- 5 420,13	
7425	Empresas	- 320 863,83	- 249 944,82	70 919,01	-22%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2015 (FEF, FSM, IRS) com o que constava registado na contabilidade.

3. Conclusões

Da análise a que procedemos da comparação dos subsídios contabilizados com o mapa XIX do Orçamento de Estado para 2015 não verificámos qualquer diferença no valor registado pelo Município.

75 – Trabalhos para a Própria Entidade**1. Conteúdo**

Nada consta nas contas do Município acerca desta rubrica.

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração direta.

3. Conclusões

Salientamos o facto de o Município ter realizado trabalhos através de meios próprios, ou seja, por administração direta e não ter utilizado esta rubrica para mencionar os meios próprios e adquiridos destinados à construção das obras geradoras de bens do ativo imobilizado, o que acabou por se traduzir numa subavaliação do resultado e numa omissão dos ativos em igual valor. Não nos foi possível determinar tais diferenças pela impossibilidade de quantificação dos ativos construídos pelo Município através dos

seus próprios meios e por o Município não dispor de um sistema de contabilidade analítica que nos permitisse aferir as omissões relacionadas com esses ativos e proveitos. Não obstante, o ponto 2.8.2 do POCAL obriga à implementação da contabilidade analítica.

78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

1. Conteúdo

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	- 277 149,44	- 522 458,39	- 245 308,95	89%
781	Juros obtidos	- 3 724,02	- 1 631,95	- 2 092,07	-56%
783	Rendimentos de imóveis	- 267 225,42	- 520 826,44	- 253 601,02	95%
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	- 6 200,00	-	- 6 200,00	-100%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Comparativamente ao período homólogo esta rubrica apresenta uma variação positiva de € 245.308,95.

A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi a “783 – Rendimentos de Imóveis”, registando um aumento de € 253.601,02 devendo-se à alteração da política contabilística do registo associado às rendas, as quais eram, anteriormente, contabilizadas na conta “71.3 – Rendas e Alugueres”.

Não tem sido prática do Município a especialização das rendas. Relativamente à renda de concessão da EDP do 4.º trimestre, a comparticipação referente à produção de energia eólica do 2.º semestre e a renda da gestão de produção de energia referente aos centros electroprodutos do ano de 2015 foram registadas apenas em 2016.

79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

1. Conteúdo

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	- 1 409 647,67	- 1 641 848,09	- 232 200,42	16%
792	Recuperação de dívidas	- 8 463,93	-	- 8 463,93	-100%
794	Ganhos em imobilizações	-	- 14 221,14	- 14 221,14	-
795	Benefícios de penalidades contratuais	- 14 092,11	- 12 721,10	- 1 371,01	-10%
796	Reduções de amortizações e provisões	-	- 702,17	- 702,17	-
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	- 21 519,88	- 26 725,88	- 5 206,00	24%
798	Outros proveitos de ganhos extraordinários	- 1 365 571,75	- 1 587 477,80	- 221 906,05	16%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

3. Conclusões

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um aumento, em termos globais, de € 232.200,42. As variações mais significativas e que mais contribuíram para este aumento, ocorreram na rubrica “798 – Outros proveitos de ganhos extraordinários” com um acréscimo de € 221.906,05, resultante do reconhecimento do proveito relacionado com os subsídios para investimentos.

3.4. Identificação de desvios entre os documentos do encerramento das contas

Da análise às respostas das Instituições Bancárias “Caixa Geral de Depósitos” e “Crédito Agrícola” verificámos a existência de garantias prestadas (consignação de receita) pelo Município não divulgadas na correspondente nota do Anexo ao balanço e Demonstração dos Resultados.

3.5. Acontecimentos Subsequentes

Após a data de encerramento de contas, e após o pedido de reembolso de IVA referente ao 4.º Trimestre de 2015, foram pedidos documentos e esclarecimentos por parte da Autoridade Tributária, incluindo sobre a autofacturação dos consumos de água. Não temos qualquer indicação sobre qual o propósito da A.T. em relação aos esclarecimentos pedidos e às consequências dessa análise

3.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

DESPESA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	2 755 803,00	2 639 641,60	-116 161,40	-4,22%
02-Aquisição de bens e serviços	5 609 904,00	4 976 548,70	-633 355,30	-11,29%
03-Juros e outros encargos	22 696,00	18 083,24	-4 612,76	-20,32%
04-Transferencias correntes	1 283 759,00	1 206 864,50	-76 894,50	-5,99%
05-Subsídios	200,00	0,00	-200,00	-100,00%
06-Outras despesas correntes	42 288,00	33 242,88	-9 045,12	-21,39%
	9 714 650,00	8 874 380,92	-840 269,08	-8,65%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	8 784 942,00	5 556 249,73	-3 228 692,27	-36,75%
08-Transferencias e capital	481 851,00	256 369,76	-225 481,24	-46,79%
09-Activos financeiros	99 531,00	99 531,00	0,00	0,00%
10-Amortização empréstimos	702 438,00	702 161,22	-276,78	-0,04%
11- Outras despesas de capital	2 000,00	0,00	-2 000,00	-100,00%
	10 070 762,00	6 614 311,71	-3 456 450,29	-34,32%
Totais de Despesas	19 785 412,00	15 488 692,63	-4 296 719,37	-21,72%

Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes face ao orçamentado apresentam um desvio favorável de € 840.269,08, ou seja, -8,65%. As rubricas que maior peso tiveram na diminuição das despesas correntes foram a "01 – Despesas com o pessoal" e "02 – Aquisição de bens e serviços" com variações negativas de €116.161,40 e € 633.355,30, respectivamente.

Relativamente às despesas de capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 3.456.450,29, tendo tido a rubrica "07 – Aquisições de bens de capital" uma variação, para menos, de € 3.228.692,27, sendo esta rubrica a que mais peso apresenta na diminuição global das despesas de capital.

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	899 023,00	944 252,99	45 229,99	5,03%
02- Impostos indirectos	58 291,00	53 986,55	-4 304,45	-7,38%
04- Taxas multa e penalidades	155 108,00	143 833,81	-11 274,19	-7,27%
05- Rendimentos propriedade	453 680,00	484 241,08	30 561,08	6,74%
06- Transferencias correntes	8 740 883,00	8 352 855,54	-388 027,46	-4,44%
07- Vendas de bens e serviços	986 192,00	974 922,90	-11 269,10	-1,14%
08- Outras receitas correntes	125 659,00	144 374,13	18 715,13	14,89%
	11 418 836,00	11 098 467,00	-320 369,00	-2,81%
Capital				
09- Venda de bens de investimento	136 300,00	17 400,00	-118 900,00	-87,23%
10- Transferencias de capital	5 101 351,18	2 922 865,09	-2 178 486,09	-42,70%
11 - Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	
12- Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	
13- Outras Receitas de Capital	200,00	0,00	-200,00	-100,00%
Receitas de capital	5 237 851,18	2 940 265,09	-2 297 586,09	-43,87%
15- Outras receitas	503,87	20,61	-483,26	
	5 238 355,05	2 940 285,70	-2 298 069,35	-43,87%
16- saldo gerencia anterior	3 128 220,95	3 128 220,95		
	19 785 412,00	17 166 973,65	-2 618 438,35	-13,23%

No que concerne às receitas correntes verifica-se um decréscimo, face ao orçamentado, de € 320.369,00 conforme se alcança através do quadro acima. A rubrica que maior variação teve na diminuição das receitas correntes foi "06 – Transferências Correntes" com um decréscimo de € 388.027,46.

Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo face ao orçamentado de € 2.297.586,09, tendo a rubrica "10 – Transferência de capital" diminuído € 2.178.486,09.

3.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2015, a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	3 128 220,95	3 128 220,95	100,00%
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	
3 - Receita Corrente	11 418 836,00	11 098 467,00	97,19%
4 - Despesa Corrente	9 714 650,00	8 874 380,92	91,35%
5 - Receita de Capital	5 237 851,18	2 940 265,09	56,13%
6 - Despesa de Capital	10 070 762,00	6 614 311,71	65,68%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	19 784 908,13	17 166 953,04	86,77%
8 - Despesa Total (4+6)	19 785 412,00	15 488 692,63	78,28%

Do quadro anterior verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.

Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de, apenas, 56,13%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 21,72%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa de capital, situando-se nos 65,68%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 82,53% da estimativa efetuada o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou abaixo das estimativas da despesa e da receita constantes no orçamento de 2015.

3.8. Fundos Disponíveis

Conforme se verifica no quadro abaixo não apurámos diferenças materialmente relevantes entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL via SIIL, com a exceção do mês de Janeiro. Esta diferença explica-se pelo facto de os serviços de contabilidade não terem reconhecido como saldo inicial (saldo final de dezembro de 2014) na plataforma SIIL no montante de 2.997.125,30, e, o qual não está correto.

Dos testes realizados não detetamos a assunção de compromissos sem fundos disponíveis cumprindo o disposto na alínea f) do art.º 3º e art.º 5º da Lei 8/2012 de 21/2.

Mês	Dados Extraídos do SIIL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIIL vs POCAL
Janeiro	3 619 925,80 €	6 617 051,10 €	-2 997 125,30 €
Fevereiro	1 249 650,12 €	1 249 650,12 €	0,00 €
Março	1 552 215,04 €	1 552 215,04 €	0,00 €
Abril	1 344 281,74 €	1 344 281,74 €	0,00 €
Maió	1 748 371,43 €	1 748 371,43 €	0,00 €
Junho	1 758 582,44 €	1 758 582,44 €	0,00 €
Julho	539 454,54 €	539 454,54 €	0,00 €
Agosto	815 066,30 €	815 066,30 €	0,00 €
Setembro	653 381,74 €	653 381,74 €	0,00 €
Outubro	879 078,44 €	879 078,44 €	0,00 €
Novembro	784 969,25 €	784 969,25 €	0,00 €
Dezembro	1 063 715,06 €	1 063 715,06 €	0,00 €

3.9. E-fatura vs POCAL

Período	Valor do IVA	Valor Total	Período	Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	3 017,39	82 918,73	1.º Trimestre	10 282,39	156 928,22	167 210,61	-	48,86
Fevereiro	3 276,08	117 265,14						
Março	3 940,06	94 842,22						
Abril	413,09	7 482,97	2.º Trimestre	10 386,20	134 964,00	145 350,20	-	1 181,39
Maio	4 199,02	92 207,92						
Junho	4 592,70	105 350,77						
Julho	8 456,86	133 379,44	3.º Trimestre	16 646,68	223 512,88	240 159,56	-	1 181,04
Agosto	4 937,19	81 183,91						
Setembro	4 433,67	100 367,04						
Outubro	3 847,10	84 884,26	4.º Trimestre	16 223,71	257 868,00	274 091,71	-	4,93
Novembro	7 645,44	162 277,67						
Dezembro	4 736,10	117 848,78						
	53 494,70	1 180 008,85		53 538,98	773 273,10	826 812,08	-	44,28
								353 196,77

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via E-fatura para Autoridade Tributária, verificámos as diferenças mencionadas no quadro acima. Pese embora em termos de IVA liquidado as diferenças sejam de reduzido valor, sendo explicada pelas notas de crédito/débito e faturas com iva autoliquidação que não nos foi possível aferir no mapa do e-fatura, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de elevado valor. Note-se que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (sujeitos, isentas ou não tributadas).

3.10. Análise económico-financeira**3.10.1. Análise Económica**

No quadro seguinte é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2014/2015:

Rubricas	Descrição	31-12-2014	31-12-2015	Desvio €	Variação %
71	Vendas e Prestação de Serviços	-1 438 820,92	-1 002 746,73	436 074,19	-30%
72	Impostos e Taxas	-992 534,23	-1 034 673,17	-42 138,94	4%
73	Proveitos Suplementares	-2 500,00	0,00	2 500,00	-100%
74	Transferencias e Subsídios Correntes Obtidos	-9 017 441,38	-9 189 708,54	-172 267,16	2%
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	-277 149,44	-522 458,39	-245 308,95	89%
79	Prov. Gan. Extraordinários	-1 409 647,67	-1 641 848,09	-232 200,42	16%
	Total dos Proveitos	-13 138 093,64	-13 391 434,92	-253 341,28	1,93%
61	CMVMC	497 490,20	518 096,80	20 606,60	4%
62	F.S.E.	4 336 897,25	4 259 985,01	-76 912,24	-2%
63	Transferencia e Subsídios Correntes C. Prest. S	1 080 203,26	1 206 864,50	126 661,24	12%
64	Custos c/ Pessoal	2 823 532,26	2 661 696,74	-161 835,52	-6%
65	Outros Custos Operac.	20 672,82	22 437,49	1 764,67	9%
66	Amortizações do Exercício	7 070 755,11	7 066 442,14	-4 312,97	0%
67	Provisões do Exercício	0,00	0,00	0,00	
68	Custos e Perdas Financ	30 332,91	19 764,65	-10 568,26	-35%
69	Custos e Perdas Extraord.	466 345,76	273 575,11	-192 770,65	-41%
	Total dos Custos	16 326 229,57	16 028 862,44	-297 367,13	-2%
	Proveito - Custos	-3 188 135,93	-2 637 427,52	550 708,41	-17%

Da análise ao quadro anterior ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2014, o Município registou um aumento de 253.341,28 no total dos proveitos. Sendo nas rubricas “Proveitos e Ganhos Financeiros” e “Proveitos e ganhos extraordinários” onde se registaram a maior variação com aumentos de € 245.308,95 e € 232.200,42, respetivamente. Inversamente, a rubrica “Vendas e prestação de serviços” registou um decréscimo de € 436.074,19;
- Relativamente aos custos verifica-se um decréscimo global de 297.367,13, ou seja, verifica-se uma evolução desfavorável da conta de exploração, originando uma diminuição do resultado líquido em € 550.708,41;
- As rubricas que apresentaram maior variação no conjunto dos custos e que mais contribuíram para esta diminuição registada foram as de “Custos com o pessoal” (€ 161.835,52) e “Custos e perdas extraordinários” (€ 192.770,65);
- Apesar de o resultado ser negativo em € -2.637.428, o Município apresenta um Cash-Flow (Meios Libertos) de € 4.429.014, resultante das amortizações do Imobilizado serem de € 7.066.442.
- É, ainda, de relevar que o facto de o Município não reconhecer os trabalhos para a própria entidade (realização de obras por administração directa) como proveitos, na parte de incorporação dos outros factores que não sejam materiais, se traduz numa subvalorização dos resultados.

Conclusões

No decorrer do trabalho efetuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Mogadouro, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira.

Bragança, 12 de Abril de 2016



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, L.da